

# Novo modelo de PLR, para o 2º semestre, será decidido em assembleia

**E**stão em fase final de discussão com o BRB as alterações para a formatação do novo modelo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), cuja proposta final será submetida a assembleia para deliberação.

A revisão do modelo de PLR decorre de acordo anterior que previa rediscussão do Programa de Participação nos Resultados (PPR), do Plano de Cargos e Salários (PCS) e da PLR (Participação nos lucros e resultados – item condicionado pelo banco para negociação), sendo que os dois primeiros já tiveram sua discussão praticamente encerrada, tendo como parâmetros principais a incorporação de parcela (65%) do PPR dentro do PCS e a criação de função de assistente de negócios, o que dá garantias aos funcionários do banco sem vincular parte de sua remuneração ao cumprimento de metas, e incluídos os reflexos financeiros em todas as verbas e encargos sociais.



Negociação com o diretor de Administração do BRB, Sérgio Augusto (ao centro), no dia 13. Da esq. para a dir.: Pedro Tupinambá, técnico do Dieese; André Nepomuceno e Antonio Eustáquio, diretores do Sindicato e Léa Rodrigues, gerente do Degep. Nova reunião dia 24

É importante ressaltar que ainda resta sobre o PCS ajuste, cobrado pelo Sindicato, referente aos gerentes de negócios. Apesar de cobrado pelo Sindicato desde o início e reforçado em reunião com o presidente do banco, Ricardo Vieira, e o titular

da Dirad, antes da divulgação do PCS, a opção, consciente, da diretoria colegiada foi, no máximo, a de transferir essa discussão para as negociações da campanha salarial.

No mesmo período de discussão do PCS (que constitui ato administra-

tivo do banco, podendo ser implantado nas condições e prazos a critério unilateral do banco, com o único requisito legal consubstanciado no termo de adesão individual) esteve em curso também debate prévio do novo modelo de PLR, que prossegue.

## Parâmetros gerais foram definidos em março

A discussão do novo PCS implicava também a negociação da PLR. Embora a Comissão Paritária (decorrente da campanha salarial de 2008) tenha discutido PCS e PLR e apresentado proposta consensual à diretoria ainda na primeira quinzena de dezembro de 2008, somente no dia 23 de março deste ano, depois de vários adiamentos da discussão na diretoria colegiada, o banco apresentou ao Sindicato sua posição em relação à matéria. E trouxe alterações que mutilaram a proposta original da Comissão, supostamente chancelada por designação da presidência da empresa.

Naquele momento, a direção do BRB argumentou da necessidade de um acordo urgente, pois enten-

dia ser importante levar o assunto ao Conselho de Administração do banco, o que aconteceu em reunião no dia 26 de março. Diante disso, e também compreendendo a importância de que a matéria fosse levada ao Consad e ao CPP (órgão governamental do GDF) o mais rápido possível, o Sindicato negociou de forma intensa nos dias 24 e 25 de março, tentando restaurar a proposta originária da Comissão Paritária.

Embora em alguns pontos tenha sido possível avançar, em outros o Sindicato fez questão de registrar sua discordância, sobre a qual o banco demonstrou que poderia fazer futuras adequações para melhorar, de comum acordo, a forma de distribuição dos parâ-

metros gerais estabelecidos.

Desta maneira, além das alterações no PCS, que entrou em vigor em 1º de julho, ficou assim a primeira proposta do banco sobre a PLR: distribuição de 12% do lucro líquido, com 30% repassados com base em percentual fixo universal do VR – valor de referência de mercado – de cada funcionário em sua posição de cargo e função gratificada, sem vínculo a metas; e os outros 70% distribuídos sob o mesmo critério, mas vinculado a metas.

Proposta que, por esforço do Sindicato, evoluiu para a distribuição de 13% do lucro líquido, com 40% de modo linear para todos os funcionários e 60% vinculados a metas, aplicados com base em percentual

único sobre a referência dos VRs, com eventual resíduo necessariamente voltando para a parte linear.

A proposta foi encaminhada ao Consad e posteriormente ao Comitê de Política de Pessoal (CPP), que a aprovaram. Os pontos elencados pelo Sindicato sobre os quais cobrou discussões posteriores não alteraram o escopo geral nem do PCS nem da PLR, uma vez que não implicam agregação de mais custos a esses programas. Os pontos com os quais o Sindicato não concordou àquela época, registrou isso e exige solução se referem, no caso do PCS, à situação dos gerentes de negócios, e no da PLR, à forma de distribuição dos 60% variáveis e a remuneração diferente dos gerentes executivos.

# Fora do critério geral, diretoria quer garantir 14º salário a executivos

Um dos pontos da PLR apresentada pelo banco com o qual Sindicato discordou e busca, pela via negocial, fazer o banco entender e demonstrar sensibilidade e senso de primar pelo bom clima organizacional, é sobre a garantia de recebimento de uma remuneração bruta (aproximadamente R\$ 17.000) pelos 26 executivos do banco **INDEPENDENTEMENTE** do atingimento das metas.

Ou seja, basta o banco dar lucro de 1 centavo que esses executivos terão assegurada essa remuneração, de acordo com a proposta da diretoria do BRB para a parte vinculada a metas da PLR do segundo semestre de 2009. É descabido imaginar que os gestores das metas, na direção geral, absolutamente não precisam se preocupar em cumpri-las, estabelecendo uma condição diferenciada.

Ricardo Viera, presidente do BRB, e sua diretoria exorbitam e

agredem qualquer manual sério de administração quando propõem algo dessa natureza. Aliás, esse não é o único absurdo contido na proposta da PLR apresentada pela diretoria, pois, no que se refere à parte variável (60%), da forma como banco apresenta, se os funcionários a cumprirem, podem receber menos do que se não cumprirem. Isso porque todo o montante destinado à PLR tem de ser distribuído de alguma forma. E o Sindicato questiona: o que pensaria qualquer formulador e executor comprometido com parâmetros da administração moderna sobre isso?

O descabro da direção vai além, pois propôs para si mesma, retroativa ao segundo semestre de 2008, uma PLR de três remunerações para cada diretor (algo em torno de R\$ 66 mil por semestre) caso o banco apresente lucro. É de se perguntar se a diretoria, ou mesmo o GDF, impõe alguma meta a eles. A impressão que se tem é a de

que, combinando as duas propostas da PLR para a diretoria e para os executivos, isso é uma forma de a diretoria “compartilhar” a responsabilidade por esta benesse concedida a ela mesma.

Apenas para efeito de comparação: o valor máximo que um escriturário receberia, de acordo com a proposta inicialmente apresentada pelo banco, que o Sindicato busca ainda melhorar, já tendo avançado em alguns exercícios, é de aproximadamente R\$ 1.700. Isto é, os oito diretores e os 26 executivos do banco “valem” 578 escriturários, e, neste último caso, a diferença entre o maior e o menor VR é de dez vezes, e com um detalhe: não precisam cumprir meta.

É importante ressaltar que boa parte dos executivos demonstrou desconforto em ter assegurado este benefício sem se submeter a metas, mas a diretoria colegiada insiste nessa posição, alegando valorização dos cargos que con-

sidera de maior status.

Não é segredo que o presidente do BRB sempre busca parâmetros no Banco do Brasil, no qual os vices-presidentes (cargo análogo aos diretores do BRB) recebem de PLR/bônus algo em torno de três remunerações brutas (aproximadamente R\$ 75 mil/semestre). Nesta relação é importante observar a disparidade entre as duas empresas: tamanho, lucro líquido, ativos administrados, retorno sobre o patrimônio e número de funcionários, bem como a diretriz estratégica sobre permanência, função e capacidade de servir enquanto banco público, ao contrário da incerteza que, de certa forma, ainda perdura sobre o BRB.

O Sindicato entende que a remuneração por responsabilidade tem de ser contemplada num Plano de Cargos e Funções, sobretudo valorizando as FGs e AGs conforme as atribuições e o papel operacional de cada uma claramente definidas.

## Algumas observações e uma contradição

O Sindicato entende que se deva buscar referências positivas em outros bancos e parâmetros de mercado, mas há que considerar a particularidade do BRB, suas características e as condições adversas que os bancários vêm enfrentando, com forte compromisso profissional, nos últimos anos.

O Sindicato é a favor, por princípio, à boa remuneração para qualquer segmento, mas dentro de

critérios sensatos, de acordo com o conjunto dos trabalhadores e os resultados sustentáveis da empresa. Há que se perguntar e debater, profundamente, quais são as metas e projetos do GDF para o banco, qual é o compromisso e o desempenho da diretoria atual, bem como sua sensibilidade, respeito, habilidade e real opção por um processo de valorização do trabalho pelo lado da motivação, e não de atitudes pre-

ecipitadas e negativas.

Aliás, é contraditória a última medida tomada pelo banco em relação aos comissionados da direção geral, pela qual o banco não pagará mais substituições, sendo as FGs da DG, incluídos os executivos, claramente desvalorizados pelo acúmulo não remunerado de responsabilidades. Mais uma matéria imediata para a pauta de reivindicações da campanha salarial.

Em relação às gerências executivas do BRB, o Sindicato, ressaltando a grande importância que têm nos rumos da instituição, chama os funcionários dessa função para reforçar o entendimento de que, na forma diferenciada com que a direção do banco insiste em tratá-los, é sempre bom lembrar que as diretorias passam, e o que fica, como base de sustentação da instituição, são os colegas de carreira.

A diretoria do Sindicato segue visitando as agências e dependências do BRB fazendo discussões sobre assuntos que estão na ordem do dia da categoria, como a PLR, o PPR e o PCS, entre outros temas gerais. Com o início da campanha nacional, cujos rumos serão definidos na 1ª Conferência Nacional, é necessário intensificar essas reuniões para que os bancários se mantenham mobilizados na luta por resultados positivos. Para agendar uma reunião no seu local de trabalho, entre em contato com o Sindicato pelo telefone 3262-9018 ou 8563-6791 (Iran).



# Mudança na informática, será para melhor?

que, por tabela, arranha de forma grave a imagem do banco.

É por isso que o Sindicato defende, e já expressou ao banco, que, a persistirem panes frequentes e prolongadas, a diretoria do banco emita comunicado público, assumindo as relações públicas inerentes à sua alçada.

Agora foi indicado para a Ditec Kelson Corte, funcionário de carreira na área, condição que a princípio é positiva, mas, numa análise preliminar, enseja questionamento. Isso porque Corte tem seu nome ligado a situações ainda em parte mal explicadas e sob apuração.

Todos sabem do lamentável episódio que foi uma dos artifícios motivadores da abertura de processo público que resultou na prisão, demissão e punição de ex-diretores do banco. Pela promiscuidade, ilegal e/ou irregular, constituída pela triangulação de contratos entre banco, empresas terceirizadas e a Cartão BRB, esvaíram-se recursos vultosos, infelizmente contando com a participação ativa ou leniente de funcionários graduados. Muitos dos quais indiciados ou citados por recebimento de remuneração concomitante do banco, da Cartão à época e por meio de empresas privadas de sua propriedade ou relações de influência.

Consta ao Sindicato, por exemplo, independentemente do conhecimento e da apuração específica para o caso pelas autoridades internas ou externas, o fato de que Corte foi cedido à Cartão BRB em uma estranha transação, à semelhança de outros funcionários. Ele foi também sócio de empresa até 2007, com contrato firmado de prestação de serviços também com a Cartão BRB, o que

é vedado pelas normas regulamentares, e contraria leis e princípios da administração pública, como os da moralidade e impessoalidade, além de referências gerais da ética corporativa e governamental.

Por esse contrato, recebeu algumas centenas de milhares de reais, somados à remuneração pelo banco e pela Cartão.

## A quem interessa?

Não cabe ao Sindicato investigar culpabilidades, ou graus de envolvimento. Mas o rol daquelas circunstâncias tão nefastas e com grande repercussão ainda hoje no imbróglio da Informática per-

mite inferir que, ao menos por esse precedente, a indicação não é apropriada para um comando unificado e isento. Condições essas necessárias para fazer frente a interesses possivelmente viciados que não condizem com a resolução, no interesse do serviço, de área hoje tão dispendiosa e problemática quanto fundamental para o bom andamento da empresa.

Lembrando que o presidente do banco afirmou não deixar em aberto qualquer indício de irregularidade que fosse consequente, o que diz e qual atitude devem tomar a direção do BRB e o acionista majoritário diante desse fato?

## Agência TCDF do BRB sofre com assédio moral

A convivência na agência Tribunal de Contas do (TCDF) está insuportável. Parte considerável de colegas da unidade têm reiteradamente denunciado ao Sindicato comportamentos de uma funcionária com posição hierárquica superior característicos de assédio moral. Segundo os relatos, a bancária tem inclusive declarado usufruir de relações pessoais com superiores, incluído o âmbito da diretoria do BRB, para afirmar que “nada aconteceria com ela”.

O Sindicato considera tal prática inaceitável. O BRB foi pioneiro em ter cláusula de combate ao assédio moral em seu Acordo Coletivo, e um ambiente de trabalho assim não contribui em nada para a consecução dos objetivos da agên-

cia, em particular, e do banco, em geral, num ambiente de paz e proveitoso para funcionários (as) e empresa.

A situação já foi objeto de análise por parte das áreas responsáveis no banco, que teria comunicado, segundo os bancários da unidade, a transferência da funcionária, o que na última hora foi descartado sem nenhuma explicação, permanecendo a situação de conflito.

Independente da apuração final de responsabilidade, o Sindicato, calcado na experiência que tem sobre o problema, no BRB e em outros bancos, cobra medidas imediatas para a preservação de um clima civilizado na unidade, prevenindo eventuais ocorrências semelhantes em outras dependências.



Valdo Virgo

A informática do BRB, cujos problemas já se arrastam há anos, em que pese os investimentos maciços, parece não vislumbrar solução no horizonte. Nos dois balanços fechados desde que o governador José Roberto Arruda (DEM) tomou posse, no intervalo das cinco diretorias que passaram pelo banco, apontam-se recursos destinados àquela área da ordem de aproximadamente R\$ 220 milhões. O ex-diretor Aires Hypólito, embora tenha sido apresentado como indicação certa para resolver os problemas da área, após dois anos deixa o cargo, e assume a presidência da Nova Cartão sem ter objetivamente apresentado resultados concretos.

Os recorrentes problemas vividos pelos funcionários quase que diariamente não foram resolvidos, interferindo sobremaneira no dia a dia de trabalho, especialmente nos pontos de atendimento, sem contar o transtorno causado à clientela, o



# REGIUS precisa de mais, e não menos democracia

**N**o fechamento desta edição, chegou ao Sindicato a íntegra de edição extra do "Regius notícias", sob o título de "Ética e Verdade".

Em nossa opinião, a Regius deveria centrar esforços e gastos em melhorar seu desempenho, cuidar das despesas que estejam desequilibradas, formular e executar uma governança democrática, aliás como acontece nas melhores experiências de fundos de pensão no setor bancário.

A Regius, que é de todos nós, deveria ter uma postura mais atenciosa e não agressiva, pois na opinião do Sindicato, ela deve satisfazer aos participantes, e não o contrário.

Transparência, democracia e liberdade de expressão são princípios fundamentais para uma boa governança em qualquer ambiente. Em se tratando de um fundo de pensão, cujos recursos são de terceiros, estes valores devem ser intransigentemente preservados. Pena que a diretoria executiva da Regius em uma iniciativa inédita, despropositada e descabida, publicou, à custa dos recursos dos participantes, informativo com o claro intuito de desrespeitar aqueles valores, confundir os participantes (donos da Regius) e por tabela agredir o Sindicato, que por dever de ofício e sentimento de justiça entende que defender os interesses dos participantes no fundo de pensão constitui também sua obrigação.

O informativo da Regius surgiu para "se contrapor" a uma publicação do conselheiro fiscal eleito Vanderley Batista Barbosa, que contou com o apoio do Sindicato.

O informativo apontava algumas situações (aplicações/investimentos) mal explicadas e de retorno duvidoso, tais como a compra de ações da CEB, aplicação na usina de Corumbá IV, compra do Trade Center, além de chamar a atenção para a necessidade de se democratizar a gestão executiva da Regius, estabelecendo eleição direta para a metade de sua diretoria, bandeira histórica do movimento sindical e reivindicação legítima dos participantes da Regius.

## Democracia?

A diretoria executiva, em sua resposta, invoca legislação dizendo que a Regius é democrática porque segue "o mínimo" previsto nas leis complementares 108 e 109, que regulam o setor. A nosso ver, parece que tem pendor antidemocrático, pois como podem classificar como democrática uma entidade cujos recursos são paritários (banco e funcionário), mas cuja diretoria é toda indicada pelo banco/GDF (com clara interferência política), e cujo conselho deliberativo é paritário, mas com o voto de minerva de um conselheiro indicado pelo patrocinador? Quem ganhará todas as disputas que envolverem interesses conflitantes, os participantes ou o banco? Os maiores fundos de pensão do país - Previ (BB), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa) -, bem como diversos outros de maior ou menor porte que a Regius, têm eleição direta para diretores, pois a lei não proíbe. Por que a diretoria da Regius tem tanta ojeriza a esta prática? Aliás, sobre isto é importante ressaltar que no início do governo Arruda (DEM),

por interveniência de forças políticas que controlam a Regius, a proposta de alteração estatutária que restabelecia eleição para a diretoria do fundo foi abortada, pasmem, com voto de conselheiro indicado pelo banco, sendo mudado depois de o mesmo ter recebido "estranho telefonema" durante a reunião que discutia o assunto.

Outros aspectos a serem observados sobre a publicação da Regius versam sobre a insuficiência nas respostas que efetivamente os participantes merecem. A diretoria passou ao largo de explicar de forma convincente os investimentos sobre os quais pairam dúvidas, se concentrando em atacar e ameaçar diretamente o mandato do conselheiro eleito, cujo papel de bem informar deveria ser seguido pelos dirigentes. Isso porque cabe a todos respeito e compromisso com o futuro de quem contribui durante toda uma vida, esperando um futuro mais tranquilo quando de sua aposentadoria.

## Dúvidas persistem

Deixou ainda de se explicar sobre autos de infração emitidos pela SPC (Secretaria de Previdência Complementar), a quem cabe regular e fiscalizar o sistema. É sabido que o direito à ampla defesa constitui pilar de um estado democrático de direito, mas convenhamos: você, participante, confiaria seu dinheiro a um dirigente que responde a processo administrativo por problemas relacionados à gestão de recursos de fundo de pensão? Por precaução e prudência (princípios que devem pautar uma boa gestão financeira), cremos que

ninguém. É importante ressaltar que, da atual diretoria executiva, temos dois novos dirigentes que não se enquadram nesta situação. Pena que eles, dos quais se espera o melhor na gestão da Regius, tenham subscrito o referido informativo. A propósito, bom seria a diretoria executiva explicar o que acha da ideia inédita do banco em unificar a sua mesa de negócios com a da DTVM e a da Regius.

A despeito de a diretoria da Regius "entender" que o Sindicato não deve se preocupar com ela, a entidade reafirma sua disposição de acompanhar o desempenho do fundo de pensão, apoiar a iniciativa de qualquer dirigente que tenha compromisso efetivo com o participante, e pautar seu trabalho por bem informá-los, não apenas com jornais multicoloridos com auto-propaganda. Ou será que a diretoria teria a coragem de expor seus problemas se não fosse o papel do conselheiro Vanderley?

Diversos fundos passaram e passam por problemas graves, que só chegaram ao conhecimento dos participantes quando o fundo ficou insolvente, sem capacidade de honrar seus compromissos para com os aposentados, e isto ocorreu principalmente porque os associados não tinham voz ativa em seus órgãos diretivos, e não tinham informações devidas de como eles estavam sendo administrados. Para citar um exemplo, vejamos o caso do fundo da Varig, que hoje não consegue pagar as aposentadorias. Você quer isso para a Regius? O Sindicato tem absoluta convicção de que não, por isso luta incansavelmente para defendê-la.

# Diretoria do banco precisa olhar os funcionários como um todo

Especificamente sobre o novo modelo de PLR, o Sindicato apresentou duas reivindicações que de maneira alguma impactam nos parâmetros globais acordados, que são a distribuição de 13% do lucro líquido, sendo 40% de forma linear e 60% vinculados a metas.

## As reivindicações apresentadas pelo Sindicato foram:

- 1) Não excepcionar os gerentes executivos do banco e incluí-los na mesma regra para todos os

funcionários, sem garantias de uma remuneração bruta independente de meta;

- 2) Dentro dos 60% vinculados a metas, o Sindicato propôs alternativas como forma de valorizar as faixas salariais da base da carreira, em especial escriturários e caixas, como também propôs que 30% do LL fossem vinculados ao conjunto global das metas; minimizando assim o impacto negativo naquelas unidades que, por insuficiência de meios ou inadequação do perfil às

metas formuladas pelo banco, não atingissem a média mínima em relação, por exemplo, a um item da cesta de produtos.

Em reunião com o Degep, que contou com a presença do diretor de Administração do BRB, Sérgio Augusto, os representantes do banco demonstraram sensibilidade no trato com as questões. Mas, ao serem levadas à Diretoria Colegiada, foram rechaçadas e o órgão reafirmou que os parâmetros são, além daqueles gerais, estes dos quais o Sindicato discorda.

Essa postura da diretoria do BRB não constrói. Pelo contrário, provoca acirramento por causa da teimosia sobre detalhes embutidos em uma discussão cujo resultado tende a ser absolutamente positivo. Aliás, observando a mensagem institucional na página do BRB na internet, percebe-se a discrepância entre o que ali está escrito no que se refere à relação com os funcionários e esse comportamento pequeno diante de questões pontuais tratadas na magnitude de programas tão amplos como o PCS e a PLR.

## BRB Clube e Nova Cartão

Como deliberação da assembleia dos associados efetivos (que engloba os bancários ativos e aposentados) do BRB Clube, no final de maio passado, foi constituída comissão para reformulação do estatuto, com prazo de 60 dias. O Sindicato e a AFABRB, a associação dos funcionários aposentados, participam, de modo convergente, no sentido de buscar garantir real autonomia na gestão do Clube, agora proprietário de 30,3% de participação acionária da Nova Cartão. Os outros membros são indicados pelo banco/BRB Clube.

Até o momento, houve apenas uma reunião. Neste ínterim, o presidente do conselho deliberativo do Clube, Romes Ribeiro, foi indicado pelo banco diretor da Nova Cartão. Cabe aos sócios efetivos ficarem atentos à nova assembleia, na qual defendemos que seja votado novo estatuto.

## BRB Saúde

Sem atender a pleito de participação do Sindicato e da AFABRB, o banco instituiu comissão interna, coordenada pela gerência executiva da BRB Saúde, para estudos relativos à real situação e propostas de adequações.

Ficou o compromisso, da parte do banco, de apresentar os resultados às entidades, antes da

eventual implementação. O assunto exige atenção, uma vez que há déficit operacional, coberto com reservas e parte significativa do pagamento mensal da fatura global da empresa com recursos oriundos do BRB Clube.

Na assembleia do Clube (conforme nota acima), a gerência executiva da BRB Saúde disse que os funcionários pagavam pouco em relação aos benefícios, o que enseja ainda maior atenção na condução do assunto, que deve ser transparente e democrático em todos os níveis.

## Novo concurso

O Sindicato reforçou junto à diretoria de Administração a necessidade de agilizar, ainda para este semestre, a realização de novo concurso para o BRB, com contratação imediata, dada a demanda e a sobrecarga de trabalho, sobretudo nos PAs.

## Correspondentes bancários

O Sindicato discorda da figura do correspondente bancário, por questões de segurança da informação, de segurança bancária, e porque defende a contratação de mais bancários e bancárias e a ampliação de agências e PABs. No entanto, em virtude da realidade dos correspondentes, o mínimo que se

espera é que os trabalhadores e a clientela sejam tratados dentro das condições gerais da convenção coletiva dos bancários e atendendo a parâmetros de segurança e qualidade dos serviços.

Sabe-se que o banco contratará correspondentes externos, via empresa terceirizada, para realizar operações eminentemente bancárias. Além disso, conforme informação que chegou ao Sindicato, tal "contratação" seria na base de comissão de 9% sobre o montante de cada empréstimo, o que encareceria sobremaneira o custo efetivo para cliente e banco.

Não seria mais racional contratar mais bancários para fazer o trabalho, a um custo geral bem menor, com mais saída do produto?

## Seleção para assistente de negócios

O compromisso acordado pelo banco era realizar seleção interna até meados de julho. Publicada a lista classificatória dos aprovados, a posse dos 41 ANs previstos de imediato seria no dia 1º de agosto. Segundo o banco, por problemas operacionais, o procedimento seletivo será aplicado até o fim de julho, com previsão de posse para o dia 10 de agosto, permanecendo a lista dos aprovados como banco de reserva para preenchimento das outras vagas potenciais, previstas em no mínimo 100, no prazo de até um ano.

## Calendário da campanha salarial

- O Sindicato realizou nos dias 10 e 11 de julho o 5º Congresso dos Bancários de Brasília, que aprovou as propostas de reivindicações para, juntamente com as demais resoluções levadas pelo restante do país, serem discutidas na 11ª Conferência Nacional dos Bancários, que ocorre em São Paulo, entre os dias 17 e 19 de julho, em São Paulo.

- A data da assembleia dos funcionários do BRB que decidirá sobre a nova PLR será definida tão logo o banco apresente a proposta final que está em discussão com o Sindicato.

- O seminário dos delegados sindicais do BRB, aberto a todos os funcionários, será realizado pelo Sindicato no dia 7 de agosto (a confirmar).

Bancário do BRB se apresenta no Terça Arte. **COMPAREÇA**



Entrada Franca

**DIA 21/07** no Teatro dos Bancários - 314/315 Sul (3262-9090) às 19h30



### Pedro Bastos João

O guitarrista flamenco luso-brasileiro, Pedro Bastos João, apresentará obras tradicionais para seu instrumento, além de arranjos próprios de temas da música brasileira, adaptados ao seu estilo. Vivendo há três anos na Espanha, Bastos estudou por dois anos em Sevilha e, em junho, concluiu a pós-graduação em guitarra flamenco em Barcelona. No Brasil, estudou com os guitarristas Santiago Lara, Fernando de La Rua e, fundamentalmente, com o etnomusicólogo Terry Argercop, seu mestre nas primeiras incursões no flamenco. O show terá a participação da cantora espanhola Laia Cagigal, do flautista José Voltaire e do percussionista Ytto Moraes.

### Os Temoteos

O som de Os Temoteos não se prende a nenhum estilo musical. Transita pelo clássico e o popular em recortes de uma investigação própria, singular. A banda conta com o talento e o carisma de **Timothy Costa Ferreira, bancário do BRB** e estudante de música da UnB, que foi premiado em festival universitário em 2001 com a canção *A música das formas*. Além dele, que também é conhecedor de viola caipira, Os Temoteos contam com Wanderson Nunes (bateria), Jeff Dias (baixo), Léo Lima (guitarra), Ravel Timo (teclado) e Jesiel Candeia (guitarra).



### Luis Fernando Brasil

Garoto ainda, aos 9 anos já impressionava parentes ao cantar desde músicas do grupo Balão Mágico até as interpretadas por Clara Nunes. Passaram-se os anos que transformaram aquele garoto "num ser humano permanentemente emocionado pela magia das notas e palavras que traduzem, por vezes, a angústia, o êxtase, a plenitude ou a falta dela". Na universidade, estudou um pouco de canto lírico e vinculou-se ao Coral da USP. Depois, por dois anos, passou a cantar em bares da noite paulistana. E continua até hoje a cantar por todos os lugares aonde vai.

### Cutucarte

Surgido de oficinas escolares de teatro em 2006, o Cutucarte veio se desenvolvendo e participando com sucesso de festivais até se tornar, em 2008, um grupo de teatro amador, que reúne artistas do Cruzeiro, Estrutural e Santa Maria. O Cutucarte apresentará *Quando você me disse adeus*, uma breve peça dirigida por Dênis Bueno. O trabalho fez parte da Mostra Cenas Curtas "5 visões sobre amor e abandono", um projeto do Teatro Concreto em parceria com a Funarte.



É o Teatro dos Bancários de portas abertas para o talento brasileiro. Traga seu material.

